



XIV CONGRESO INTERNACIONAL DE COSTOS

II Congreso Colombiano de Costos y Gestión

*Los costos y la gestión en la ruta
de la innovación y el conocimiento!*

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES MANDATÓRIAS E VOLUNTÁRIAS POR PARTE DOS CLUBES DE FUTEBOL BRASILEIRO

Autores:

Ana Lúcia Fontes de Souza
Vasconcelos
anafontes_ufpe@yahoo.com.br

Márcia Ferreira Neves Tavares
marcia@ferreiraaudidores.com.br

José Paulo Freire de Farias
jpfreire91@gmail.com

Nadielli Maria dos Santos Galvão
dielli_92@yahoo.com.br

Área temática:

Custos e gestão na perspectiva setorial (comércio, saúde, setor público, entidades sem fins lucrativos, entre outras).

Metodología aplicada:

M8 - Otros

Medellín, Colombia, Septiembre 9, 10, 11 de 2015

Convocan:



FACULTAD DE
CIENCIAS ECONÓMICAS
DEPARTAMENTO DE
CIENCIAS CONTABLES



RESUMO

Este estudo objetivou verificar o nível de *disclosure* das demonstrações contábeis publicadas dos 10 (dez) primeiros clubes do campeonato brasileiro da série A, no ano de 2013. O método foi dedutivo com premissas na ITG 2003 e ITG 2002 com tipologia exploratória e descritiva. A coleta de dados foi realizada nos sítios dos clubes através de ficha técnica com observação de somatório dos indicadores. Foram avaliados os itens 3 a 14 e 16 da ITG 2003 e o item 23 da ITG 2002. As dimensões analisadas foram: Forma e apresentação das demonstrações; Notas explicativas elucidativas; Quadros e demonstrações suplementares; Demonstrações complementares; Parecer dos auditores independentes; Relatório da Administração. Os resultados apontam uma baixa divulgação de informações por parte dos clubes, sendo que apenas três apresentam todos os itens investigados.

Palavras-chave: Contabilidade Desportiva. Campeonato Brasileiro. *Disclosure*.

1 INTRODUÇÃO

Disclosure relaciona-se aos objetivos da Contabilidade na medida em que garante informações diferenciadas para vários tipos de usuários (IUDÍCIBUS, 2009), subsidiando-os no processo decisório. Para tanto, o *disclosure* pode se dar de forma tanto voluntária quanto compulsória, sendo que a primeira constitui uma ação proativa da entidade, geralmente advinda dos incentivos recebidos pelo administrador para divulgá-las, enquanto a segunda decorre de ação reativa, oriunda de regulamentação que obriga a mesma a divulgar determinada informação (YAMAMOTO; SALOTTI, 2006).

A evidenciação está associada ao conceito de transparência, dessa forma, pode ser definida como a disseminação de informação relevante e confiável acerca do desempenho operacional, financeiro, das oportunidades de investimento, da governança, dos valores e riscos (BUSHMAN; PIOTROSKI; SMITH, 2004). De outra forma, a palavra “*disclosure*” pode ser compreendida como “divulgação”, cujo termo comumente é utilizado para a divulgação de informações e também evidenciação. Neste sentido, a evidenciação traduz requisito fundamental para a realização do objetivo principal da ciência contábil: fornecer informações para a tomada de decisões. Ao utilizar-se da evidenciação, a contabilidade descreve em seu trabalho final, o máximo de detalhamento relevante, transparência, compreensibilidade dos dados coletados, a fim de obter um processo de interação efetiva entre usuários e o seu sistema (FRANCO *et al.*, 2014).

De acordo com Yamamoto e Salotti (2006), o *disclosure* das informações contábeis é proporcionado por demonstrações contábeis tradicionais, notas explicativas e outras formas alternativas, como demonstrações complementares e relatórios da administração. Iudícibus (2009) acrescenta como formas de evidenciação a informação entre parênteses, os quadros e demonstrativos suplementares e os comentários do auditor.

Do ponto de vista normativo, o Conselho Federal de Contabilidade tem emitido resoluções que norteiam a forma de divulgação obrigatória que deve ser adotada pelas empresas. Uma destas normas é a ITG 2003, cuja finalidade é destacar os aspectos específicos para as entidades profissionais de registro, contendo toda a forma de registro das contas e suas demonstrações contábeis obrigatórias e a ITG 2002 para entidades sem fins lucrativos.

Diante disso, o objetivo deste estudo é verificar o grau de evidenciação por parte dos clubes de futebol, das informações contábeis obrigatórias (mandatórias), regidas pela ITG

2003 e ITG 2002 (visto que no contexto brasileiro os clubes são considerados entidades do terceiro setor), e informações voluntárias elencadas na literatura existente.

O trabalho está dividido em cinco tópicos, sendo este um tópico introdutório onde é apresentado o contexto e o objetivo da pesquisa; o tópico seguinte apresenta a revisão da literatura e os conceitos necessários para uma melhor compreensão do trabalho; o terceiro tópico apresenta a metodologia empregada para a realização da pesquisa; em seguida, no quarto tópico são apresentados os achados do estudo, sendo apresentada em seguida as conclusões do trabalho, suas limitações e sugestões para pesquisas futuras.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Divulgação de Informações

Os investidores estão à procura do “melhor negócio” para investir seu dinheiro, porém, os agentes e empresários possuem mais e melhores informações sobre as organizações. Realizar a divulgação dos dados contábeis e financeiros pode diminuir a assimetria da informação entre os interessados na entidade. Este processo de divulgação por parte das empresas pode ser realizado de duas formas: mandatória e voluntária. A primeira diz respeito à divulgação de informações regida pela lei; enquanto a segunda refere-se à evidenciação de informações adicionais à mandatória. (SHEHATA, 2014)

Foi apresentado por Verrechia (2001) três categorias de divulgação de informações em pesquisas contábeis, estas foram resumidas no quadro abaixo 1:

Quadro 1: Categorias de Divulgação

Base da Divulgação	Objetivo
Associação	Caracterizar os efeitos da divulgação sobre as ações cumulativas de agentes, investidores, pessoas físicas tendo em vista a divulgação de um evento
Julgamento	Assume que os gestores podem optar por divulgar ou não determinadas informações, questionando-se em quais condições haverá ou não divulgação
Eficiência	Investigam a existência de determinadas formas de divulgação que promovem a eficiência

Fonte: Elaborado com base na obra de Verrechia (2001) e Salotti e Yamamoto (2005).

A teoria da divulgação pode ser associada com outras teorias, tais como a teoria da agência, teoria da sinalização, teoria do capital necessário, teoria da legitimidade. A divulgação voluntária pode ajudar a minimizar o conflito da agência entre gestores e investidores, visto que os primeiros possuem o acesso total às informações da empresa e a divulgação destas pode auxiliar os acionistas no processo de tomada de decisão, bem como melhorar o valor da empresa no mercado. (BARAKO, 2007). As empresas acreditam também

que precisam sinalizar que são “melhores” que as demais com o intuito de criar investimento e aumentar uma reputação favorável. Sendo assim, as empresas tendem a divulgar mais informações não voluntárias como forma de sinalizar valor (CAMPBELL et al, 2001). A divulgação de informações voluntárias pode também auxiliar na captação de recursos necessários por parte da empresa bem como na redução de custos. (CHOI, 1973). E do ponto de vista da teoria da Legitimidade, a contabilidade deve satisfazer os interesses sociais fornecendo informações que ajudam na tomada de decisão.

Conforme foi destacado, divulgar relatórios contábeis, que representam a situação da organização com fidedignidade torna a tomada de decisão dos usuários mais precisa e com maior grau de confiabilidade. Ribeiro Filho et al (2009, p.266) afirmam que “a prestação de contas por parte dos gestores responsáveis e a existência de um grupo heterogêneo de usuários exigem uma divulgação adequada das ações empreendedoras”. Este ainda aborda que, além do fato do grupo de usuários ser heterogêneo estes têm interesses particulares na organização e, portanto, estes possuem expectativas diferenciadas definidas pelo uso que estes farão das informações.

Do ponto de vista mandatório, os clubes de futebol devem divulgar informações de acordo com a ITG 2003 – Entidade Desportiva Profissional – que é uma norma contábil emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que estabelece os critérios e procedimentos específicos às entidades de futebol profissional e demais entidades desportivas. Esta elenca as Demonstrações Contábeis obrigatórias a serem divulgadas: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos fluxos de Caixa e as Notas Explicativas.

Destaca que as atividades desportivas profissionais devem vir segregadas das demais atividades tanto no Balanço Patrimonial como na Demonstração de Resultado; aponta que os custos com formação de atletas devem ser registrados no Ativo Intangível, bem como os direitos contratuais adquiridos de atletas devem ser contabilizados pelo valor de custos e submetidos ao teste de *impairment*.

Quanto aos demais procedimentos, a ITG 2003 destaca que se aplicam às entidades desportivas profissionais os Princípios de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade, suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho

Federal de Contabilidade. Os clubes também devem divulgar as suas Demonstrações Contábeis auditadas com o parecer dos auditores independentes.

Também destaca-se o fato de que os clubes de futebol no Brasil enquadram-se dentro do grupo de entidades sem fins lucrativos, com isso estes também regidos pela ITG 2002, que traz aspectos contábeis específicos para as entidades do terceiro setor.

Do ponto de vista voluntário Iudícibus (2009) destaca que podem ser evidenciados quadros e demonstrativos suplementares apresentando detalhes acerca de itens que constam nos demonstrativos tradicionais, ou os próprios demonstrativos sob outra perspectiva de avaliação. Uma segunda forma de evidenciação voluntária é o Relatório da Administração onde podem ser destacadas expectativas com relação ao futuro no que se refere à empresa e ao setor, planos de crescimento da companhia valores gastos com pesquisa e desenvolvimento e orçamento.

2.2 Estudos Anteriores

A evidenciação contábil em entidades esportivas tem sido objeto de estudo de outros pesquisadores. Bastos *et al* (2007) verificaram a diferença de evidenciação dos atletas em clubes de futebol brasileiros e europeus, e perceberam que a prática adotada pelo nosso país diverge do padrão internacional no que se refere aos gastos com formação de atletas.

Silva e Carvalho (2009) objetivando ilustrar empiricamente que a evidenciação contábil faz parte dos mecanismos de governança, os autores analisaram as Demonstrações Contábeis dos clubes que participaram do campeonato brasileiro da série A em 2004 relacionando a evidenciação com o desempenho em campo e resultados financeiros. Por fim, verificaram que os clubes que possuíam maior grau de evidenciação tinham melhor desempenho nos dois fatores mencionados.

Rezende Custódio (2012) analisaram as Demonstrações Contábeis referentes aos anos de 2006 e 2007, de onze clubes de futebol que participaram da Primeira divisão do Campeonato Brasileiro de 2007, investigando o tratamento dado por estas organizações a itens como: gastos com formação de atletas, gastos com atletas profissionais, receita com transferência de atletas. Ao final da pesquisa, os autores perceberam que prevalece a diversidade de tratamento contábil entre as entidades.

Alves *et al* (2012) analisaram a evidenciação dos Ativos Intangíveis, mais especificamente os atletas, no Grêmio Football Porto Alegre e verificaram que o clube não atendeu à norma vigente na época (NBCT 10.13) no que se refere ao registro dos seus

jogadores. Cardoso *et al* (2012) constataram que os clubes europeus detêm níveis de *disclosure* superiores aos clubes brasileiros no que se refere aos Ativos Intangíveis.

Como podemos ver, os autores preocuparam-se mais em analisar a evidenciação de um item específico dos clubes de futebol – os atletas. Existindo então, uma lacuna na literatura no que se refere à evidenciação completa das informações contábeis dessas organizações. Estudos que analisam a divulgação de informações em outros setores foram realizados de forma mais ampla.

De acordo com Meek *et al* (1995) analisaram empresas dos Estados Unidos, Inglaterra e Europa Continental e verificaram que a divulgação de informações estratégicas, financeiras e não financeiras está relacionada com o tamanho da empresa e o país onde ela se encontra. Cunha e Ribeiro (2008) analisaram 180 empresas listadas na Bovespa, e constataram que a divulgação voluntária de informações está associada positivamente ao nível de governança corporativa, ao desempenho, ao tamanho da organização e à divulgação em períodos anteriores.

Para Rover *et al* (2012) ao analisarem as Demonstrações Contábeis de 57 empresas listadas na Bolsa de Valores, com a finalidade de verificar quais as variáveis que estão relacionadas com o nível de divulgação de informações voluntárias ambientais, confirmaram a hipótese de que o tamanho da empresa está relacionado com a divulgação de informações.

Segundo Arvidsson (2011) com o objetivo de analisar a visão dos gestores em relação à divulgação de informações não financeiras nas Demonstrações Contábeis realizou uma pesquisa do tipo *survey*, cujo questionário foi respondido por 27 empresas. Os resultados apontaram um crescente foco na divulgação de informações acerca de pesquisa e desenvolvimento, responsabilidade social da empresa e informações relacionadas ao empregado.

Este estudo traz como diferencial em relação aos realizados anteriormente, o fato de verificar a divulgação de informações mandatórias, e não mandatórias em clubes de futebol, visto que na literatura brasileira ainda não foram realizados trabalhos com este escopo.

3 METODOLOGIA

Este estudo será essencialmente empírico, com natureza exploratória, tendo como referência as normas de registro da ITG 2002 (Entidades sem fins lucrativos) e ITG 2003 (Entidades desportivas). O modelo adotado para a análise da evidenciação contábil nos clubes foi elaborado por Silva e Carvalho (2009), analisando as seis vertentes de divulgação de

informações conforme quadro 2, onde a primeira, segunda, e quinta vertente (demonstrações contábeis, notas explicativas e parecer dos auditores independentes, respectivamente) são consideradas como itens de divulgação mandatórias, visto que são regidas pela legislação vigente para estas entidades. As demais vertentes são consideradas não mandatórias por tratarem de itens de evidenciação voluntária.

Quadro 2: Vertentes de evidenciação adotadas

Vertente	Objetivo
Demonstrações Contábeis	Disposição das contas, nomenclaturas seguindo os preceitos da ITG 2002 (Entidades sem fins lucrativos) e a forma de registro disposta na ITG 2003, a fim de verificar o nível de clareza na interpretação das demonstrações;
Notas Explicativas	Apresentação das notas explicativas
Quadros e Demonstrações suplementares	Apresentação dos quadros e demonstrações suplementares que auxiliam na leitura dos saldos das contas demonstradas e a que se referem
Demonstrações complementares	Apresentação das demonstrações complementares que, apesar de não exigidas pela lei pertinente, dão maior visibilidade à instituição;
Parecer dos auditores independentes	Parecer dos auditores independentes, observando as ressalvas ou parágrafos de ênfase
Relatório da Administração	Expectativas com relação ao futuro no que se refere à empresa e ao setor, planos de crescimento da companhia valores gastos com pesquisa e desenvolvimento e orçamento.

Fonte: Elaboração própria

Como delimitação temporal, foi escolhido para análise o ano de 2013. Quanto à escolha da amostra, os dez primeiros clubes da primeira divisão de 2013 foram selecionados, pois, apresentaram uma maior relevância no mercado, em termos de valor das receitas e contrato de. Os clubes selecionados foram: Cruzeiro, Grêmio, Atlético Paranaense, Botafogo, Vitória, Goiás, Santos, Atlético Mineiro, São Paulo, Corinthians.

Através da leitura dos Relatórios apresentados pelos clubes foram investigadas a forma de divulgação dos itens 3 a 14 da ITG 2003 relativos aos registros contábeis específicos para entidades esportivas de receitas e aquisição de atletas; item 16 que elenca as demonstrações contábeis obrigatórias para as entidades sem fins lucrativos; item 19 referente aos itens necessários para elaboração de notas explicativas; e o item 23 da ITG 2002, quanto à apresentação do resultado das entidades sem fins lucrativos.

Os itens 3 a 14, 16 da ITG 2002 e o item 23 da ITG 2002, representam a primeira vertente de divulgação “forma e apresentação das Demonstrações Contábeis”, enquanto o item 19 abrange a segunda vertente relacionada com as notas explicativas. Diante disso, o

quadro 3 apresenta a forma de pontuação para cada vertente de acordo com os itens analisados.

Quadro 3: Tabela de pontuações quanto ao nível de divulgação

Forma e apresentação das Demonstrações	D – Deficiente (0,5 pontos)	R – Regular (1,5 pontos)	B – Boa (2,5 pontos)	MB – Muito boa (4 pontos)
Notas explicativas elucidativas	D- Deficiente (0,5 pontos)	PE – Pouco elucidativas (1,0 ponto)	ME – Muito elucidativas (3,0 pontos)	
Quadros e Demonstrações Suplementares	NA – Não apresentou (zero pontos)	A – Apresentou (0,5 pontos)		
Demonstrações Complementares	NA – Não apresentou (zero pontos)	A – Apresentou (1,0 ponto)		
Parecer dos Auditores Independentes	NA – Não apresentou (zero pontos)	CR – Com ressalva (1,0 ponto)	PE – Parágrafo de ênfase (1,5 pontos)	SR – Sem ressalva (2,5 pontos)
Relatório da Administração	NA – Não apresentou (zero pontos)	A – Apresentou (0,5 pontos)		

Fonte: Silva e Carvalho (2009, p. 107).

Depois de pontuados todos os itens avaliados, foram realizados somatórios para verificar o nível de divulgação de cada clube analisado. Sendo assim, as organizações que apresentaram informações diferenciadas apresentaram um maior nível de *disclosure*.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Esta seção está dividida em seis tópicos, separados por vertente de evidenciação. A seguir é apresentado os resultados referentes à primeira vertente: Forma e apresentação das Demonstrações Contábeis

4.1 *Disclosure* “Forma e Apresentação das Demonstrações Contábeis”

Com relação aos seus ativos intangíveis, alguns clubes como Santos, São Paulo e Atlético Paranaense se destacaram, pois obtiveram boas pontuações nos itens da ITG 2003 que se relacionam com este grupo de contas, informando os seus custos de formação de atletas, contratações, prazo de amortizações dos contratos, cessão temporária e definitiva de atletas, percentual de direitos federativos e composição dos atletas profissionais, formados e em formação de maneira clara.

Além de atender aos itens, apresentaram o correto reconhecimento das receitas oriundas de transações com atletas profissionais e seus custos e despesas, conforme

estabelecido pela norma. O quadro 4 apresenta o somatório de cada clube em nesta primeira vertente

Quadro 4: Forma de registro segundo ITG 2003

Forma de apresentação e Registros contábeis (ITG 2003 – itens 3 a 14)													
Clubes	Item 3	Item 4	Item 5	Item 6	Item 7	Item 8	Item 9	Item 10	Item 11	Item 12	Item 13	Item 14	Total
Cruzeiro	B	B	R	R	D	D	D	MB	B	D	B	B	21,5
Grêmio	MB	B	MB	MB	R	D	D	B	MB	D	B	B	29
Atlético – PR	R	B	MB	B	R	D	D	MB	MB	D	MB	MB	29,5
Botafogo	MB	MB	B	B	B	D	D	MB	B	D	B	B	28,5
Vitória	R	D	D	R	D	D	D	R	D	D	R	D	10
Goiás	MB	B	B	B	R	D	D	MB	MB	D	R	R	25,5
Santos	B	MB	MB	MB	MB	D	D	B	B	D	R	MB	30,5
Atlético – MG	MB	B	R	R	R	D	D	D	R	D	D	R	16,5
São Paulo	MB	MB	MB	MB	R	D	D	MB	B	R	B	B	31,5
Corinthians	MB	R	B	MB	R	D	D	B	R	D	R	B	23

Fonte: Elaboração própria

Os itens analisados para pontuar a forma de registro das contas para cada clube foram os itens da ITG 2003, como visto no quadro acima (primeira coluna). A pontuação para esta primeira vertente seguiu o quadro 3 (Tabela de pontuações quanto ao nível de *disclosure*).

O clube de maior pontuação foi o São Paulo, somando 31,5 pontos, e o de menor pontuação foi o Vitória, com apenas 10 pontos. O clube São Paulo apresentou de forma muito detalhada suas receitas operacionais, despesas, custos, segregando bem as atividades profissional, esportivas e sociais, com notas explicativas bem elaboradas e elucidativas, amarrando bem as informações de acordo com a exigência da norma vigente, apresentando um nível diferenciado dos demais clubes.

Outro Clube que se destacou foi o Santos, com uma pontuação de 30,5, segundo os critérios da nossa pesquisa. As demonstrações do São Paulo e do Santos se assemelham bastante, com relação ao padrão da ITG 2003 e no que tange ao detalhamento das informações divulgadas, atendendo a diversos itens em análise.

Quanto ao segundo aspecto desta segunda vertente, foram verificados os clubes que apresentaram todas as demonstrações exigidas pela ITG 2003 item 16. O quadro 5 apresenta a pontuação de cada clube analisado neste aspecto, onde os clubes que apresentaram todas as demonstrações exigidas estão com a letra “A” recebem pontuação 1, e os de letra “NA” pontuação 0.

Quadro 5: Pontuação das Demonstrações exigidas

Demonstrações Contábeis exigidas (ITG 2003 Item 16)		
Clubes	Indicador	Pontuação
Cruzeiro	A	1
Grêmio	NA	0
Atlético – PR	A	1
Botafogo	NA	0
Vitória	NA	0
Goiás	NA	0
Santos	A	1
Atlético – MG	NA	0
São Paulo	NA	0
Corinthians	NA	0

Fonte: Elaboração própria

Conforme destacado, apenas 3 clubes apresentaram todas as demonstrações exigidas e, segundo análise, a ausência em geral é da Demonstração do Resultado Abrangente. No quadro 6 é destacada a evidenciação correta da nomenclatura para o resultado final do período para os clubes, conforme o item 23 da ITG 2002.

Quadro 6: Nomenclatura do resultado das entidades sem fins lucrativos

Nomenclatura das contas (ITG 2002 Item 23)		
Clubes	Indicador	Pontuação
Cruzeiro	A	0,5
Grêmio	A	0,5
Atlético – PR	A	0,5
Botafogo	A	0,5
Vitória	A	0,5
Goiás	A	0,5
Santos	A	0,5
Atlético – MG	NA	0
São Paulo	A	0,5
Corinthians	A	0,5

Fonte: Elaboração própria

Acerca da nomenclatura, observamos que apenas um clube está em desacordo com o que exige a norma, o Atlético Mineiro, recebendo, portanto, pontuação zero. A pontuação foi de 0,5 para os que respeitaram as normas (letra “A”) e 0 para os que não respeitaram (letra “NA”).

Em resumo, a pontuação total para esta primeira vertente é apresentada no quadro 7:

Quadro 7: Pontuação total da primeira vertente

Resultados da Primeira Vertente	
Clubes	$\sum I^n$ (Itens avaliados: 3 a 14; e 16 ITG 2003; Item 23 ITG 2002)
Cruzeiro	23
Grêmio	29,5

Atlético – PR	31
Botafogo	29
Vitória	10,5
Goiás	26
Santos	32
Atlético – MG	16,5
São Paulo	32
Corinthians	23,5

Fonte: Elaboração própria

Nesta primeira vertente, os clubes Santos e São Paulo apresentaram o mesmo resultado de evidenciação, somando 32 pontos cada clube. Sem dúvidas quanto à forma de registro e apresentação de todas as demonstrações contábeis exigidas, estes dois clubes atendem a quase todos os itens, principalmente os critérios ITG 2003 no tocante das às informações dos custos com formação de atletas, atletas contratados e suas amortizações, segregação das receitas e custos do desporto profissional das demais atividades esportivas, recreativas e sociais das entidades. Com uma observação de três itens (8, 9 e 12), que, com exceção do São Paulo, que mencionou vagamente em nota explicativa as antecipações contratuais concedidas a atletas emprestados (item 12 da ITG 2003), nenhum dos clubes analisados atendeu.

Os demais clubes não conseguiram atender aos itens 8, 9 e 12, sendo os dois primeiros itens (8 e 9) referentes ao registro das receitas de multas rescisórias com as negociações de saídas de atletas, e multas impostas aos mesmos, respectivamente, que devem ser reconhecidas em conta específica de receita operacional, conforme disposto na ITG 2003.

4.2 Disclosure “Notas Explicativas”

O objetivo das notas explicativas é evidenciar informações que não são apresentadas na estrutura das demonstrações contábeis. Nela podemos encontrar informações úteis aos usuários das informações contábeis, quadros suplementares, e as principais práticas contábeis adotadas pelos clubes.

Para esta vertente, a pontuação foi feita a partir dos critérios exigidos na ITG 2003, item 19, alíneas de “a” a “h”. Os clubes que mais apresentaram as informações conforme a norma foram os clubes que mais pontuaram (Quadro 03), da seguinte forma:

D – Clubes que apresentaram nenhum (0) item a dois (2) itens;

PE – Clubes que apresentaram de três (3) itens a cinco (5);

ME – Clubes que apresentaram de seis (6) itens a oito (8).

O resultado é apresentado no quadro 8.

Quadro 8: Pontuação total da segunda vertente

Notas explicativas (ITG 2003 Item 19: “a” a “h”)		
Clubes	Indicador	Pontuação
Cruzeiro	PE	1
Grêmio	PE	1
Atlético – PR	PE	1
Botafogo	PE	1
Vitória	D	0,5
Goiás	PE	1
Santos	ME	3
Atlético – MG	PE	1
São Paulo	ME	3
Corinthians	PE	1

Fonte: Dados da pesquisa

Foi possível constatar que o Clube Vitória atendeu apenas à dois aspectos correspondentes à evidenciação das notas explicativas, por outro lado o clube Santos e São Paulo atenderam aos critérios exigidos pela ITG 2003, quanto à elaboração das notas explicativas.

4.3 Disclosure “Quadros suplementares e complementares”

Os quadros Suplementares são utilizados para apresentar maiores detalhes sobre itens que, apesar de constarem nas demonstrações contábeis, não devem integrar seu corpo propriamente dito. Já as Demonstrações Suplementares, segundo Iudícibus (2009) admitem utilização mais ambiciosa, servindo para apresentar demonstrações contábeis sob uma outra perspectiva de avaliação.

Neste estudo, pontuamos este terceiro aspecto para análise do nível de *disclosure*, da seguinte forma:

NA – Não apresentaram nenhum quadro ou demonstração suplementar;

A – Apresentaram quadro ou demonstração suplementar;

Conforme apontado no quadro 9, todos os clubes analisados apresentaram quadros ou demonstrações suplementares.

Quadro 9: Pontuação total da terceira vertente

Demonstrações Complementares	
Clubes	Pontuação
Cruzeiro	0
Grêmio	0
Atlético – PR	1
Botafogo	0
Vitória	1

Goiás	0
Santos	1
Atlético – MG	0
São Paulo	1
Corinthians	1

Fonte: Dados da pesquisa

O Clube Atlético Paranaense, além da demonstração do valor adicionado (DVA), apresentou o Balanço social, sendo o destaque para esta vertente de análise. Os demais clubes que pontuaram, apresentaram apenas a demonstração do valor adicionado (DVA).

4.5 Disclosure “Parecer dos auditores independentes”

O parecer dos auditores independentes tem como principal função averiguar e constatar se as demonstrações contábeis refletem adequadamente a realidade da entidade. Cabe aos auditores expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis que serão divulgadas, de acordo com as normas e princípios da contabilidade e, para este fim, avaliar os controles e procedimentos internos da entidade.

Para esta vertente, pontuamos os pareceres em conformidade com o Quadro 3, onde aqueles que não apresentaram os pareceres (NA) recebem zero, os que apresentam em seus pareceres ressalva (CR) recebem 1 ponto, parágrafo de ênfase (PE) 1,5 pontos, e sem ressalva (SR) 2,5 pontos. Os resultados desta vertente são destacados no quadro 10.

Quadro 10: Pontuação total da quinta vertente

Parecer dos Auditores Independentes (Obrigatório)		
Clubes	Indicador	Pontuação
Cruzeiro	SR	2,5
Grêmio	PE	1,5
Atlético – PR	SR	2,5
Botafogo	PE	1,5
Vitória	SR	2,5
Goiás	PE	1,5
Santos	PE	1,5
Atlético – MG	PE	1,5
São Paulo	PE	1,5
Corinthians	SR	2,5

Fonte: Dados da pesquisa

4.6 Disclosure “Relatório da Administração”

O Relatório de administração constitui uma peça de informação importante para os usuários externos. Conforme Silva e Carvalho (2009), este elemento apresenta uma linguagem menos técnica alcançando um maior número de usuários. O quadro 11 destaca os clubes que apresentaram (A) e os que não destacaram (NA) o relatório da administração.

Quadro 11: Pontuação total da sexta vertente

Relatório da Administração (Não obrigatório)		
Clubes	Indicador	Pontuação
Cruzeiro	A	0,5
Grêmio	NA	0
Atlético – PR	A	0,5
Botafogo	A	0,5
Vitória	NA	0
Goiás	NA	0
Santos	NA	0
Atlético – MG	A	0,5
São Paulo	NA	0
Corinthians	NA	0

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com o apresentado no quadro 11, apenas quatro clubes apresentaram este relatório.

Por fim, o quadro 12, apresenta o ranking final de evidenciação, cuja pontuação total refere-se ao somatório das seis vertentes analisadas.

Quadro12: Somatório das vertentes

Escore final – Nível de <i>disclosure</i> das demonstrações divulgadas	
Clubes	$\sum I^n$ (somatório dos indicadores de pontuação dos “n” itens avaliados)
Santos	36,5
São Paulo	36,5
Atlético – PR	33,5
Grêmio	31
Botafogo	30,5
Goiás	27,5
Corinthians	26
Cruzeiro	24,5
Atlético – MG	18
Vitória	12,5

Fonte: Dados da pesquisa

Por coincidência, o Clube do Atlético Paranaense e o Goiás permaneceram na mesma colocação da tabela final do Campeonato Brasileiro da Série A no ano de 2013. O clube do Vitória assumiu a “lanterna” no ranking do nível de *disclosure* das informações.

O ranking final dos clubes apresentado neste trabalho, quando comparados com o destacado por Silva e Carvalho (2009) apresenta uma diferença significativa entre os somatório dos itens encontrados por aqueles autores em comparação com os resultados do presente estudo. Este achado mostra que, os clubes de futebol têm adotado melhores práticas de divulgação dos demonstrativos contábeis e uma maior preocupação em evidenciar sua situação financeira para a sociedade em geral.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi verificar o nível de *disclosure* das demonstrações contábeis de 10 clubes participantes da série A do campeonato brasileiro de 2013.

Os resultados apontam apenas três, dos clubes analisados, apresentam todas as demonstrações contábeis exigidas pela ITG 2003; dois clubes atendem aos requisitos de elaboração das notas explicativas; quadros e demonstrações suplementares são apresentadas por cinco dos clubes analisados, sendo a demonstração do valor adicionado a mais recorrente na amostra estudada; quanto ao relatório de auditoria, apenas quatro clubes receberam parecer sem ressalva, enquanto os demais receberam algum parágrafo de ênfase no relatório; por fim o relatório de administração foi apresentado por apenas quatro clubes.

Apesar dos resultados apontarem um baixo nível de *disclosure* por parte dos clubes de futebol, tanto das informações mandatórias como das informações voluntárias (não andatórias), é possível identificar que os resultados deste trabalho, quando comparados com o resultado do apontado pelo estudo de Silva e Carvalho (2009), apresentam um aumento no grau de evidenciação dos clubes, o que pode denotar um crescimento da preocupação por parte dos gestores dos clubes de prestar contas e divulgar sua situação financeira.

Como limitações desta pesquisa, é preciso destacar a pequena amostra estudada, e o fato desta não ter sido escolhida de forma aleatória impede a realização de generalizações dos resultados encontrados. Como sugestão para pesquisas futuras sugere-se o aumento dos componentes a serem estudados, bem como comparar o nível de *disclosure* dos clubes de futebol brasileiro com variáveis como captação de recursos, receitas com publicidade e aumento nos investimentos de terceiros na entidade. Assim, será possível verificar se o nível de evidenciação está associado com a captação de recursos por parte do clube.

Espera-se que este trabalho tenha contribuído para um esclarecimento quanto aos itens contábeis que precisam ser evidenciados por parte dos clubes, bem como aqueles que, apesar de não constarem como obrigatórios, podem trazer credibilidade para o clube, bem como auxiliar os usuários das informações divulgadas a melhor compreenderem a situação destas organizações.

REFERÊNCIAS

ALVES, C.S.; BEHR, A.; RAIMUNDINI, S.L. Mensuração e Evidenciação de Ativos Intangíveis em Demonstrações Contábeis: o Estudo de Caso em um clube de Futebol Brasileiro. **Revista Catarinense da Ciência Contábil** – CRCSC – Florianópolis, v. 11, n. 32, p. 9-25, abr./jul. 2012.

ARVIDSSON, S. Disclosure of non-financial information in the annual report: A management-team perspective. **Journal of Intellectual Capital**, Vol. 12 Iss 2 pp. 277 – 300

BARAKO, D.G. Determinants of voluntary disclosures in Kenyan companies annual reports. **African Journal of Business Management** Vol. 1(5) pp. 113-128, August 2007

BASTOS, P.S.; PEREIRA, R.M.; TOSTES, F.P. Uma Contribuição Para a Evidenciação do Ativo Intangível – Atletas – dos clubes de Futebol. **Pensar Contábil**, v. 9, n. 36, 2007.

BUSHMAN, R. M.; PIOTROSKI, J. D.; SMITH, A. J. What determines corporate transparency ? **Journal of Accounting Research**, v. 42, n. 2, p. 207-252.

CAMPBELL, D.; SHRIVES, P. BOHMBACH-SAAGER, H. Voluntary Disclosure of Mission Statements in Corporate Annual Reports: Signaling What and To Whom? **Business and Society Review** 106:1 65–87. 2001.

CARDOSO, V.I.C.; MAIA, A.B.G.; PONTE, V.M. R. Práticas de disclosure do Ativo Intangível em clubes de futebol. **Anais...In:** 12º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo, 26 e 27 julho de 2012

CHOI, F.D.S. Financial Disclosure and Entry to the European Capital Market. **Journal of Accounting Research** Vol. 11, No. 2 (Autumn, 1973), pp. 159-175.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução 1.429** de 25 de Janeiro de 2013 – Aprova a ITG 2003 (Entidade Desportiva Profissional). Disponível em: < http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2012/12/ITG_2003_audiencia.pdf>

CONSELHO FEDERAL DE PERNAMBUCO. **ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucro**. Disponível em: < www.cfc.org.br/uparq/ITG%202002%20audiencia.doc>

CUNHA, J.V.A. RIBEIRO, M.S. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. **R.Adm. Eletrônica**, São Paulo, v.1, n.1, art.6, jan./jun. 2008.

FRANCO, L.M.G.; REZENDE, D.A.; FIGUEIREDO, F.C.; NASCIMENTO, C. Nível de Divulgação Eletrônica da contabilidade Pública do Paraná o Ambiente da Internet. **Revista de Ciências da Administração** • v. 16, n. 38, p. 140-153, abr. 2014.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009, 9ª ed.

MEEK, G.K.; ROBERTS, R.C.; GRAY, S.J. Factors Influencing voluntary annual report disclosures by U.S, UK and Continental European Multinational corporations. **Journal of International Business**, 1995.

REZENDE, A.J.; CUSTÓDIO, R.S. Uma Análise da Evidenciação dos Direitos Federativos nas Demonstrações Contábeis dos Clubes de Futebol Brasileiros. **REPeC**, Brasília, v. 6, n. 3, art. 1, p. 229-245, jul./set. 2012

RIBEIRO FILHO, J.F.; LOPES, J.; PEDERNEIRAS, M. (Organizadores). **Estudando Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

ROVER, S.; TOMAZZIA, E.C.; MURCIA, F.D.R; BORBA, J.A. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. **R.Adm.**, São Paulo, v.47, n.2, p.217-230, abr./maio/jun. 2012

SALOTTI, B.M.; YAMAMOTO, M.M. Ensaio sobre a Teoria da Divulgação. **BBR - Brazilian Business Review**, vol. 2, núm. 1, enero-junio, 2005, pp. 53-70, FUCAPE Business School Brasil

SHEHATA, N.F. Theories and Determinants of Voluntary Disclosure. **Accounting and Finance Research**. Vol. 3, No. 1; 2014.

SILVA, J.A.F.; CARVALHO, F.A.A. Evidenciação e desempenho em Organizações desportivas: um estudo empírico sobre clubes de futebol. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações** – FEARP/USP, v. 3, n. 6, p. 96 – 116, maio/ago. 2009.

VERRECHIA, R.E. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics** 32 (2001) 97–180.

YAMAMOTO; M. M., SALOTTI, B. M. **Informacao contábil: Estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais**. São Paulo.. Atlas, 2006.